

FRAGMENTO DA MEMÓRIA DE MULHERES NA TERCEIRA IDADE A PARTIR DA NARRATIVA DE VIDA: Contribuições da história oral

SIMONE AP. PINHEIRO DE ALMEIDA*

RITA DE CÁSSIA DA SILVA OLIVEIRA**

Universidade Aberta para Terceira Idade: Educação permanente

[...] nós envelheceremos um dia, se tivermos este privilégio. Olhemos, portanto, para as pessoas idosas como nós seremos no futuro. Reconheçamos que as pessoas idosas são únicas, com necessidades e talentos e capacidades individuais, e não um grupo homogêneo por causa da idade.
(Kofi Annan, ex-secretário-geral da ONU).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, abriu caminho institucional aos processos educativos em espaços não formais ao definir a educação como atividade que abrange “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (art. 1º, LDBEN,

* Licenciada em História e Bacharel em Turismo. Especialista em Educação de Jovens e Adultos. Especialista em Educação Patrimonial. Mestre em Turismo e Hotelaria. Professora da Rede Estadual de Ensino do Paraná - SEED. Pesquisadora de Políticas Públicas para Universidade Aberta para Terceira Idade. simoal29@yahoo.com.br

** Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1980) e Doutorado em Filosofia e Ciências da Educação - Universidade de Santiago de Compostela (1998). Gerontóloga pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Pós Doutorado em Educação - Universidade de Santiago de Compostela (2011). Coordena o Curso da Universidade Aberta para a Terceira Idade e o Curso da Universidade Continuada para a Terceira Idade na Universidade Estadual de Ponta Grossa. soliveira@bol.com.br

1996). Essa concepção de educação foi incorporada ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos em 2003.

Articular a educação, em seu sentido mais amplo, com os processos de formação dos indivíduos como cidadãos, ou articular as Universidades com a comunidade da Terceira Idade é o foco desta pesquisa.

Após palestra realizada aos alunos da UATI – UEPG comecei a realizar leituras sobre Terceira Idade, memória, educação permanente e ao longo da vida também sobre o histórico das Políticas Públicas para esse segmento, constatando em algumas obras a defesa de que a primeira Universidade Pública como defende o autor Frutuoso (1999, p. 79), foi a USP em 1993. Mas com a pesquisa sobre a criação das UATIs USP, UERJ e UEPG, verifica-se que a Universidade Estadual de Ponta Grossa no âmbito das estaduais é a pioneira a trabalhar com a educação permanente para terceira idade no Brasil. Essa etapa da pesquisa foi alicerçada pela metodologia da pesquisa bibliográfica.

Os programas criados nas universidades com ações voltadas para a terceira idade são resultado de propostas realizadas pela ONU E UNESCO. No Brasil, os programas visando integrar os idosos na sociedade através de diversas atividades remetem ao SESC - SP que, em 1977, sintonizado com os movimentos educacionais da Europa, sobretudo da França, inaugurou no Brasil um novo modelo de atendimento ao idoso: as Escolas Abertas para a Terceira Idade. Estruturadas com cursos e oficinas oferecidas a esse público, visavam à atualização de informações e o desenvolvimento de novas habilidades, premissas para uma adequada adaptação a um tempo social de rápidas mudanças de valores e comportamentos. O sucesso dessa experiência inspirou a criação das Universidades Abertas à Terceira Idade, hoje espalhadas por todo o Brasil.

Dessa maneira, esta pesquisa tem como estudo de caso a UEPG, tendo como foco a questão da memória de gênero por meio da narrativa da história oral e a contribuição da Conferência de Madri.

Na África se diz, quando morre um ancião, que desaparece uma biblioteca. Talvez o provérbio varie de um continente para o outro, mas seu significado é igualmente certo em qualquer cultura. As pessoas idosas são intermediárias entre o passado, o presente e o futuro. Sua sabedoria e experiência constituem verdadeiro vínculo vital para o desenvolvimento da sociedade. (Discurso do Sr. Kofi Annan, secretário geral das Nações Unidas – Madri, 2002).

A conferência de Madri (2002), em seu Tema 4- Acesso ao conhecimento, à educação e à capacitação, menciona em seu artigo 35 que a educação é a base indispensável para uma vida ativa e plena.

Anterior à conferência de Madri, já havia uma preocupação com a inserção da Terceira Idade em instituições de educação.

As primeiras instituições universitárias voltadas ao segmento da terceira idade aparecem nas bibliografias na década de 60, na França, visando criar um espaço de cultura e de sociabilidade por meio de atividades ocupacionais e lúdicas para que os idosos ocupassem seu tempo livre. Peixoto (1997) menciona que essas universidades eram denominadas como Universidade do Tempo Livre. A segunda iniciativa nesse campo foi em Toulouse, na França, em 1973 (Universidade da Terceira Idade – UTI), voltada para o ensino e pesquisa.

Pierre Vellas considerado como fundador das Universidades da Terceira Idade, conforme destaca Peixoto:

Fundamentalmente instituições de saúde pública visando elevar os níveis de saúde física, mental e social das pessoas de Terceira Idade, bem como colocar à sua disposição programas de atividades particulares adaptados. (PEIXOTO, 1997, p. 46).

No Brasil, a primeira experiência com terceira idade se deu no SESC/SP com a criação da Escola Aberta para a Terceira Idade; em 1990, a PUC/Campinas implantou sua Universidade Aberta para a Terceira Idade, que contou com a assessoria do Professor Paulo Freire na discussão de sua proposta pedagógica, de extensão universitária e de educação permanente.

Anterior a recomendação do Ministério da Educação (MEC), sobre a criação de UATIs conforme artigo 10, inciso III, do Decreto Lei nº 1.948/1996 da Política Nacional do Idoso, (8.842/84), já havia no Brasil programas voltados ao idoso. No âmbito universitário, a Universidade Federal de Santa Catarina foi a pioneira, criando em 1982 o Núcleo de Estudos da Terceira Idade. Em 1988 foi criada a Universidade sem Fronteiras, no Estado do Ceará. A partir desse período começam a surgir, nas universidades, programas voltados para a terceira idade, mas não como UATIs.

A professora Rita de Cássia Oliveira, coordenadora do curso UATI – UEPG, menciona:

Pela educação permanente, o idoso volta a estudar, reflete sobre a sua vida, desenvolve e amplia suas habilidades, elabora novos objetivos e traça estratégias para alcançá-los. Pensar na possibilidade de educação para idosos é pensar em instrumentos de melhoria na qualidade de vida desse segmento etário. A educação para a terceira idade constitui um desafio para a sociedade brasileira face ao significativo contingente de idosos existentes atualmente no país.

A coordenadora pontua ainda: “As universidades ampliam sua função social, buscando integrar aqueles que se encontram à margem do processo de desenvolvimento” (OLIVEIRA, 1999, p. 240).

Memória de mulheres: contribuições da história oral

Além desses apontamentos, utilizaremos as literaturas sobre memória recorrendo a narrativas que falam de um tempo passado, de lembranças, reminiscências, memórias, sobretudo memórias de mulheres.

Afirma Brandão (2007 s.p) que:

A memória autobiográfica estabelece a identidade – cada memória é única – e faz parte, simultaneamente, das comunidades, restritas ou ampliadas das quais participamos, ligando-nos também às memórias comuns, sócio-históricas.

Ao trabalharmos com a história dos sujeitos, como narrativas, ficam evidentes as lembranças individuais entrelaçadas às memórias coletivas, e como parte da memória histórica que as contextualiza.

Heilborn (1996), analisando a categoria “terceira idade”, sinaliza para a questão de gênero para distinguir a dimensão biológica da social, e que homens e mulheres só se afirmam na cultura. “Gênero é um conceito das ciências sociais que se refere à construção social do sexo” (p. 102).

A autora inclui em seu artigo alguns aspectos da categoria gênero que julgo significativos para o estudo das mulheres idosas da UATI, foco de análise.

...gênero é um conceito que visa apontar para a não-continuidade entre o sexo físico e o sexo social, e que tem sido usado por diversos campos do conhecimento. O comportamento esperado de uma pessoa de um determinado sexo é produto das convenções sociais acerca do gênero em um contexto social específico... (HEILBORN, 1996, p. 108).

A partir da narrativa pode-se, trabalhar com a memória das mulheres da UATI por meio da história oral de vida. Ecléa Bosi cita Walter Benjamin, pontuando o papel que o narrador assume. Para Benjamin, "o narrador conta o que ele extrai da experiência – sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história". (BOSI, 1994, p. 14).

A memória surge como um instrumento eficaz para fazer história, fazer ciência, colocar indivíduos em contato com sua vida passada. A memória, na velhice, é uma construção de pessoas agora envelhecidas que já trabalharam, que vivenciaram algo em uma sociedade que se transforma.

Dentre as questões conceituais que despertam maior interesse na abordagem de gênero, principalmente do estudo da questão do feminino na terceira idade, encontra-se a noção de identidade, que vai se construindo mediante transformações histórico-sociais e culturais na sociedade.

A complexidade da vida social tem levado à aceitação de que educação é resultado das instituições e das relações, educação é responsabilidade de toda a sociedade, educação é global, acontece ao longo de toda uma vida. Assim surge a educação permanente, algo contínuo e inacabável, algo que abarca a biografia inteira da pessoa. A educação permanente é condizente com o da educação ao longo da vida, consagrado na Declaração Mundial de "Educação para Todos", em 1999.

O momento da vida e o lugar social que cada indivíduo ocupa no presente fundamentam a representação da própria trajetória de vida e está presente na memória.

A memória deve ser estudada no processo de sua construção pelos sujeitos sociais. O trabalho de entendê-las é uma interpretação da produção do conhecimento trazida pela narrativa das lembranças.

Walter Benjamin e Ecléa Bosi mostram que na raiz do significado da memória está a ideia do conselho. A memória construída por indivíduos seria, assim, o conselho fundamentado na experiência de vida.

Barros (2006, p. 07) pontua que:

Quem transmite suas lembranças é, na verdade, um mediador entre gerações. É alguém que se percebe como conhecedor das transformações porque as viveu e seus depoimentos são uma apreensão das mudanças sociais, como as que estão

aparentes nas marcas da cidade, nas relações de trabalho, na família e nas relações de gênero.

Considera-se a história oral especificamente relevante neste tipo de trabalho com a memória. Atualmente a história oral tem sido uma das formas mais cultivadas do gênero, pois se trata da narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa. A história oral já se constitui parte integrante do debate sobre a função do conhecimento histórico e atua em uma linha que questiona a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais. Sem dúvida a história oral é hoje parte inerente dos debates sobre tendências da história contemporânea.

Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma narrativa, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a seqüência histórica e a se sentirem parte do contexto em que vivem. (MEIHY, 1997, p. 10).

Esta opção por realizar um trabalho voltado para a história oral tem sua importância, pois ela trabalha em áreas ligadas a depoimentos. O sujeito primordial deste tipo de história é o depoente, que tem maior liberdade para dissertar o mais livremente possível sobre sua experiência pessoal. Nesse caso, deve-se dar ao depoente espaço para que sua história seja encadeada segundo sua vontade.

É possível encontrar conceituações de história oral como:

(...) a gravação e o processamento de conjunto de depoimentos de atores ou testemunhas de fenômenos sociais significativos, cujo registro se perdera pela carência ou insuficiência de fontes históricas. (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de História Oral).

Destaca-se a contribuição do trabalho de Ecléa Bosi, Memória e Sociedade: lembranças de velhos, pois é muito significativo nos estudos sobre a memória e, em especial, a memória dos idosos. É importante salientar a contribuição dos idosos, geralmente dada com prazer. Diz um dos entrevistados de Ecléa (p. 107): “Veja, hoje a minha voz está mais forte do que ontem, já não me canso a todo instante. Parece que estou rejuvenescendo enquanto recorro”.

As pessoas mais velhas, que seriam, em princípio, as depoentes buscadas pelos pesquisadores, freqüentemente não tem quem atribua importância à sua fala ou pelo menos, quem as escute. Por isso, a atenção e o interesse do pesquisador são por elas valorizados e, em contrapartida, a investigação se enriquece.

Bronislau Baczko, quando analisa o processo de construção da memória, propõe a análise dessa, trabalhando com suas dimensões e funções.

Para ele, as dimensões da memória são: dos acontecimentos: memória ardente, avalanche de manifestações, comemorações, festas e símbolos; das estruturas: memória mais profunda, manifestação das tendências de longo período.

As funções da memória são:

Unificadora: acompanhada por um discurso sobre a origem de um movimento; resgata elementos em comum acerca das diferenças ideológicas, estratégicas, etc. Elas se manifestam nas relações entre diferentes gerações. Compensadora: acompanhada de representações e de símbolos do passado. (BACZKO, Bronislau, 1982, p. 155).

A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, se conservado no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança. Na busca da memória encontra-se a lembrança que as pessoas idosas têm. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida, elas já passaram por um contexto social, com características bem marcadas e conhecidas, elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis, enfim, sua memória atual pode ser desempenhada sobre um passo de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta.

Para Ecléa Bosi, a pessoa mais jovem ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a de uma pessoa de idade. Considera-se a memória de pessoas ou grupos como referências históricas. São os próprios ciclos da vida que a tornam dinâmica e atuante, a memória possibilita a relação do passado com o presente. É a história viva e vivida que se renova através dos tempos.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar “identidade individualidade coletiva, cuja busca é uma atividade fundamental dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. (LE GOFF, 1990, p.20).

É pertinente lembrar que a memória é importante na construção da identidade e da cidadania cultural. A memória de um povo é que faz com que percebam na fisionomia da

sociedade sua própria história. A memória se enraíza no espaço que nos circunda, na terra, nos objetos que usamos. Assim as pessoas se lembram, narram sua trajetória e as mudanças ocorridas num determinado espaço.

Essa contribuição da memória é importante na construção de uma história regional, presente na fisionomia da cidade, na própria história de vida, da identidade e da cidadania cultural.

Sobretudo vale mencionar Ricardo Oriá

(...) é a memória dos habitantes que faz com que eles relatem suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeitos da história. (In: BITTENCOURT, 1997, p. 129).

No contexto desta temática, encontra-se a definição de Burke na qual refere-se à fotografia como um dos referenciais da memória: “quase todos fazem uso diário da fotografia, seja como ilustração, auxílios à memória ou como substitutos de objetos descritos através dela.” (BURKE, 1992, p 241).

Ecléa Bosi (1994 p. 630) apresenta a riqueza em se trabalhar com a memória de velhos:

(...) um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não reconhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até podem humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desapropriação de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-las é alentadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor.

Nessa perspectiva, a autora coloca a possibilidade de humanização do presente, por meio da troca de experiências. Dessa maneira, trata-se de um processo interativo entre entrevistado/entrevistador. Esse tipo de trabalho se fundamenta como técnica na história oral à qual Thompson se refere:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só de dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo.

Traz a história para dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados e especialmente os idosos a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato - e, pois a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. (THOMPSON, 1992, p. 15).

A memória coletiva se transmite oralmente e também por meio de textos, documentos e rituais coletivos, e o que nos contam as pessoas através das suas experiências.

Pierre Nora trabalha com os “lugares da memória”:

Os lugares da memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas porque essas operações não são naturais (...). Assim se constituem registros de memória apoiados por uma gama de produtores tradicionais de arquivos: as grandes famílias, a Igreja e o Estado. Entretanto a crescente democratização da sociedade, a atual consideração à memória de marginalizados, a valorização de fontes da nova cultura oral contemporânea contribuem para uma formidável ampliação da materialização da memória sob forma de produção de arquivos. (1993, p. 6-39).

Abordar o papel da memória como valorização da narrativa de vida dos idosos significa abordar o locus privilegiado de construção de identidade de velho e as estratégias de afirmação em espaços sociais.

Refletir sobre o significado da memória, pautada na categoria lembrança, constitui-se em uma representação que os sujeitos fazem de sua própria vida.

GÊNERO FEMININO NA TERCEIRA IDADE

Abordando a temática sobre gênero, destaco algumas obras, tais como “A mulher, a cultura e a sociedade” organizada por Michelle Zimbalist e Louise Lamphere, as quais mencionam na introdução:

Hoje, juntamente com inúmeras mulheres, tentamos entender nossa posição e mudá-la. Progressivamente nos demos conta das injustiças sexuais existentes nas instituições econômicas, sociais e políticas, e, ao mesmo tempo, estamos procurando meios para combatê-las. (1979, p. 17).

Simone de Beauvoir (1953) levantou a questão sobre a posição feminina nas sociedades, enfatizando “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Em 1949 lançou o livro “O segundo sexo” considerado uma marca fundamental do feminismo no século XX; abrindo as discussões em torno de gênero, o livro debate a situação da mulher sob vários pontos de vista. À luz da moral existencialista, Beauvoir considera a luta pela liberdade individual, o

meio de um ser humano se realizar dentro da condição feminina. Na obra a autora revela os caminhos que são abertos às mulheres, a independência, a superação das circunstâncias que restringem a sua liberdade.

Na obra “literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas” organizada por Ramalho, (1999), há uma preocupação com a formação historiográfica e do levantamento de questões relacionadas às diferenças de gênero; a obra se inscreve na trajetória da crítica feminista representada pela coletânea de textos ao longo do livro. O texto a “subjetividade feminina entre o humor e a memória” apresenta:

O gênero, portanto, é uma noção que não abrange apenas o domínio do literário, a expressão de um enunciado, o significado de uma palavra. Ele nos convida a pensar costumes e convenções, o aceito e o interdito, dores e prazeres, amor e ódio, tristezas e alegrias. (SILVA. In: RAMALHO, 1999, p. 203).

É pelo recurso da memória que se tenta formar a identidade de gênero, apoiada na busca da autoconsciência de personagens que se debatem entre pontos de vista, conflitantes ou não. A narração retrospectiva e as indagações existenciais, desencadeadas pelo recurso da memória, oferecem oportunidade para que vozes diferentes se façam ouvir.

No livro “Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher 1945-1964”, da autora Carla Beozzo Bassanezi (1996), fez um inventário das idéias da sociedade sobre o masculino e feminino através da análise de revistas femininas entre 30 e 50. Destaca a autora:

A partir de um mergulho nas páginas de revistas femininas de destaque, como Jornal das Moças (anos 40 e 50) e Claudia (anos 60), além de publicações Querida e o Cruzeiro, vamos percebendo as mudanças e as permanências nas relações homem-mulher que se refletem nas regras de comportamento, nas imagens e nos papéis femininos e masculinos, nas idéias sobre namoro, casamento [...] (BASSANEZI, p. 10).

Bassanezi pontua que as revistas buscam, na medida do possível, refletir um aparente consenso social, ou melhor, as ideias dominantes sobre o masculino, o feminino e as relações homem-mulher. Assim, as revistas são espaços em que as relações sociais, com sua distribuição de poder, se estabelecem, são produzidas, reforçadas e reproduzidas.

A obra “História das mulheres no Brasil”, de Mary Del Priore, baseada em documentos históricos nos mais diversos espaços, traça uma trajetória de mulheres no Brasil. A obra faz um resgate da participação feminina na construção da história.

O trabalho de Flávia Motta, *Velha é a vovozinha: identidade feminina na velhice* (1998) apresenta, através de uma rica etnografia, uma dimensão feminina que as mulheres mais velhas emprestam a si mesmas, principalmente na ocasião dos bailes e viagens. Essas atividades potencializam uma certa feminilidade e mostram o lado “faceira” dessas mulheres, uma identidade de mulher que atravessa primordialmente a produção e a performance corporal.

Gênero e identidade estão relacionados às características históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas, que variam através do tempo histórico.

Como podemos perceber, as principais motivações que orientam essas produções intelectuais acerca da mulher partem de um questionamento de gênero sobre o papel da mulher na sociedade. Apresenta-se, nessas discussões, a questão das relações de poder associadas ao masculino/feminino.

A memória de mulheres na terceira idade torna-se um estudo complexo, pois envolve subjetividade, narrativa e lembranças de sociedade, cultura, política e educação vivenciadas e descritas com saudosismo ou não.

Abordar gênero valorizando as memórias presentes e a atuação das mulheres hoje nas Universidades Abertas é o nosso foco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica com estudo de caso apresentamos apenas alguns pontos que consideramos pertinentes para o momento. Destacamos que as Universidades Abertas para Terceira Idade no Brasil tem crescido objetivando inserir o idoso na sociedade por meio de uma educação não formal. A educação não-formal supõe a intenção de estender à educação a maioria da população menos incluída no sistema escolar convencional, ainda que esteja dirigida a determinados grupos de idade, sexo, classe social, meio urbano ou rural. Pontuamos que as pessoas que freqüentam as Universidades para terceira idade o fazem por motivos intrínsecos sua adesão a programas costuma ser voluntária e seus interesses e necessidades mais claramente assumidos, podem seguir ou abandonar o programa conforme a satisfação de suas necessidades.

As disciplinas selecionadas pelas instituições que adotaram programas de educação não formal para terceira idade tendem a contemplar conteúdos adaptados considerando as necessidades e interesse da clientela.

Existe uma flexibilidade nos métodos e técnicas empregados para se abordar os conteúdos ao grupo participante, cabendo em alguns casos procedimentos individualizados, assim como o uso ou não de meios tecnológicos.

Considerando que o envelhecimento populacional foi amplamente reconhecido como uma das principais conquistas sociais do século XX, cientistas sociais destacam, também, que o envelhecimento traz grandes desafios para as políticas públicas. Um dos mais importantes é o de assegurar que o processo de desenvolvimento econômico e social ocorra de forma contínua, com base em princípios capazes de garantir uma vida digna tanto no setor econômico como na área de lazer e educação.

As temáticas sobre gênero tem sido de interesse das diversas ciências, resultando num conjunto de publicações presentes em bancos de Universidades e da Capes disponíveis para consulta, seguindo variadas metodologias de pesquisa (estudo de caso, narrativas, história de vida, materialismo histórico, análise de discurso, etnografia entre outras). O número de mulheres nas UATIs é maior do que a presença de homens.

A narrativa de vida das mulheres participantes da UATI – UEPG nos mostrou que em alguns momentos algumas lembranças de acontecimentos tornavam-se marcantes na memorização coletiva. Alguns fatos que julgamos marcantes em nossa vida aparecem como que velados, e nos escapam mesmo diante de um esforço consciente de rememoração. Tais fatos lembrados mais ou menos nitidamente, tranquilos ou turbulentos são trechos de uma história, a história de cada um que, simultaneamente, singulariza o indivíduo e o torna parte de um grupo.

Pontuamos que cada grupo humano, cada indivíduo inserido em sua cultura, têm sobre a memória e seu uso uma visão que lhes é própria. Nas sociedades de tradição oral, é sobre a memória que se assenta a cultura do grupo. Ao longo da história é possível verificar a importância da narrativa e da oralidade.

Em espaços coletivos como é o caso das UATIs a rememoração pode favorecer a ressignificação, trazendo fatos do passado para o presente reforçando a sensação de

pertinência a um grupo. A valorização da memória da narrativa de vida pode levar a uma revisão e reafirmação da identidade construída, e aparentemente destruída, face ao acelerado processo de mudanças, e que coloca todos os indivíduos, não só a mulher não só o idoso.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, N. (Org.) *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. 191 p.

ARANTES, A. V. (Org.). *Educação formal e não formal: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2008. 167 p.

BASSANEZI, C. B. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 191 p.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949. 309 p.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484 p.

BRASIL, Lei n° 8.842. *Política Nacional do Idoso*. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRANDÃO, V.; TORDINO, M. A. *Memória autobiográfica: reflexões*. Artigo elaborado para fins didáticos. São Paulo, 2007

LEI n.º 9394, *Diretrizes e Bases da Educação Nacional* de 20 de dezembro de 1996 (LDB).

GOHN, M. G. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.

HEILBORN, M. L. Gênero, sexualidade e saúde. In: *Saúde, sexualidade e reprodução compartilhando responsabilidades*. Rio de Janeiro: UERJ, p. 101-110, setembro, 1996.

JAGGAR, A. M.; BORBO, S. R. (Org.) *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. 348 p.

MOTTA, F. M. *Velha é a vovozinha: identidade feminina na velhice*. Santa Cruz: EdUniSC, 1998. 142 p

PEIXOTO, C. De volta às aulas ou de como ser estudante aos 60 anos. In: VERAS, R. P. (Org.). *Terceira idade: desafios para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/UnATI-UERJ, 1997, p. 41-74.

PRIORE, M. D. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. 678 p.

RAMALHO, C. (Org.). *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Elo, 1999. 255 p.

SOFFNER, R. K. ; REZENDE, M. B. de. Da educação não-formal de Norbert Wiener e sua aplicabilidade às práticas educativas modernas. *Revista de Ciências da Educação, Americana*, Ano XII, n. 20, p. 257-274, 1º semestre 2009.

TRILLA, J. *La educación fuera de La escuela: enseñanza a distancia, por correspondência, por ordenador, radio, vídeo, vídeo y otros medios no formales*. Barcelona: Planeta, 1985. 179 p.

VENTURI, M. R. ; Oliveira, S. (Org.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu, 2004. 90 p.

ZIMBALIST, R. ; LOUISE, L. (Coord.) *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 254 p.